

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 134

DATA : 28 08 91

PG. : CAPA | 16

Defesa do ambiente nos financiamentos

da The Economist

Os governos ocidentais estão interessados em desacelerar a destruição das florestas tropicais. Na conferência das Nações Unidas a ser realizada no próximo ano no Brasil, os políticos têm esperanças de assinar uma convenção relacionada às mudanças climáticas e outra referente à diversidade biológica. Mesmo se não houver uma terceira convenção separada para a proteção das florestas tropicais, as árvores ocuparão posições de destaque nas agendas dos dois outros tópicos: afinal de contas, elas conseguem captar o dióxido de carbono potencialmente responsável pelo aquecimento global e também são o "habitat" da maioria das espécies do planeta.

Os organismos internacionais estão colocando mais esforços na salvação das florestas. O Banco Mundial atualmente admite que suas antigas políticas para a concessão de empréstimos por vezes prejudicava as florestas. No mês passado, o Banco Mundial declarou a intenção de sustar os financiamentos de empreendimentos comerciais da extração de madeira em florestas

tropicais virgens; além disso, a instituição também está prometendo um exame rigoroso de empréstimos para projetos de infraestrutura — tais como barragens, minas e estradas.

Os participantes de campanhas verdes estão agora se voltando para outros alvos. O Tropical Forestry Action Plan (TFAP), iniciado em 1985 com a finalidade de melhorar a administração das florestas, foi atacado no ano passado pelo membro mais ambientalista da família real britânica, o príncipe Charles, além de ter sido criticado em três estudos separados. Um deles, elaborado pelo World Rainforest Movement, argumentou que uma parte do dinheiro foi encaminhada para projetos que encorajam a destruição das florestas e queixou-se de que o plano foi administrado de uma maneira decididamente não-verde pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Neste ano, os objetivos do TFAP foram retraçados, com a finalidade de acabar com uma confusão entre o encorajamento da indústria florestal e o encorajamento da conservação florestal. Além disso, o es-

quema provavelmente deverá sair da alçada da FAO e ser transferido para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. O próximo alvo de ataques é a International Tropical Timber Organization (ITTO), o principal "talking-shop" de assuntos florestais do governo. A organização britânica Friends of the Earth diz que a ITTO cada vez mais está financiando projetos de destruição de florestas que outros doadores rejeitam por motivações verdes.

Concordar que a destruição das florestas deveria ser sustada é a parte mais fácil de ser verde. Compreender a causa desta

(Continua na página 16)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) define nesta semana a relação de projetos ambientais que vai financiar no Brasil dentro de um programa que poderá chegar a US\$ 800 milhões neste ano e a US\$ 1 bilhão em 1992. Segundo Paulo Renato Souza, gerente de operações da instituição, os projetos brasileiros estão sendo apresentados com atraso para serem avaliados.

(Ver página 16)

• Meio Ambiente

RECURSOS NATURAIS

Defesa do ambiente nos financiamentos

do The Economist (Continuação da 1ª página)

destruição e depois gustá-la é algo consideravelmente mais difícil. Na Malásia e na Indonésia, onde as florestas mais valiosas da Ásia estão desaparecendo numa velocidade alarmante, o principal culpado é o setor da extração comercial de madeira. A ITTO calcula que Sabah, o estado malasiano na extremidade norte da ilha de Bornéu, acabará completamente com as suas florestas até o ano de 1995; Sarawak, o outro estado malasiano na ilha, estará nessa mesma situação em 2002; e Kalimantan, o lado indonésio da ilha, sofrerá o mesmo destino até o ano 2010.

Os danos poderiam ser reduzidos se a extração de madeira fosse feita de maneira mais seletiva. Os países mais eco-simpáticos com suas próprias indústrias de extração de madeira, como a Suécia e o Canadá, poderiam fornecer subsídios quanto à melhor maneira de se conseguir isso. Os suecos também poderiam explicar como as suas serrarias conseguem utilizar 98% de uma árvore, ao passo que as serrarias da Malásia aproveitam apenas 40%, em média. Os lenhadores de Bornéu poderiam se mostrar mais inclinados a ouvir caso as suas concessões de extração pudessem ser prolongadas por mais tempo e se elas fossem mais bem policiadas. No momento, essas concessões têm validade de 20 ou 25 anos e são fornecidas gratuitamente a coleguinhas políticos que as subcontratam por um ou dois anos a operadoras de menor porte. O único incentivo dessa gente é cortar tudo da maneira mais rápida possível.

BRASIL

Uma situação bem mais complexa reina no Brasil. Um relatório ainda não publicado do Banco Mundial desmente uma grande parte da sabedoria normalmente aceita referente ao desflorestamento. O texto pondera que os números têm sido amplamente exagerados: até hoje, apenas 8% da Amazônia foi destruída (se bem que isso continue significando que, em média, uma área ligeiramente maior do que a do País de Gales tenha sido destruída durante a década de 80). A contribuição das queimadas brasileiras à produção dos gases de efeito estufa que provocam o aquecimento do globo é "modesta": não mais do que 1,5% do total.

Outra conclusão otimista do relatório afirma que uma recente desaceleração na destruição das florestas parece ser o início de uma tendência a longo prazo e não apenas uma queda do tipo temporário. Menos agradável é uma afirmação de que muitas das soluções atuais mais em moda para resolver a questão da destruição florestal poderão nem chegar perto de um nível considerado suficiente.

Fernando Collor, presidente brasileiro, transformou o corte dos subsídios para os criadores de gado na base principal de sua política ambiental. (Esses subsídios foram definitivamente banidos desde que Collor foi vaiado por mani-

festantes verdes norte-americanos durante uma visita a Washington em junho deste ano.) Tal relatório afirma que o crescimento da criação de gado tem ocorrido principalmente em pequenos rebanhos, pertencentes a criadores que nunca chegaram a receber quaisquer tipos de subsídio. Na medida em que o plantio da soja se transfere cada vez mais em direção ao Norte do País (e convém lembrar que o comércio mais livre fará com que a soja se torne mais lucrativa), as atividades agrícolas menos lucrativas, como a criação de gado, serão impelidas cada vez mais em direção à Amazônia. Os mercados locais de carne bovina em cidades da Amazônia irão ajudar a sustentar essas atividades — mesmo na ausência de subsídios federais.

O relatório tampouco se mostra impressionado por outro esquema muito caro ao presidente Collor. No ano passado, o seu governo anunciou planos para reservar um total de 25,7 milhões de hectares, uma área maior do que a Alemanha Ocidental, a "reservas extrativas", onde os seringueiros e os colhedores de castanhas poderiam viver com a receita dos produtos naturais das árvores em vez de se dedicarem à derrubada delas. Mas o relatório do Banco Mundial diz que as perspectivas para essas pessoas "não são brilhantes". Os mercados para os produtos tradicionais da Amazônia, como a borracha, entraram em colapso e a demanda por novos produtos praticamente não existe.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO

Uma terceira coluna de sustentação da política verde do presidente Collor tem sido o zoneamento ecológico. Os cartógrafos federais estão se apressando para terminar a elaboração das zonas para proteção especial até 1992, e muitas outras iniciativas ambientais ficarão congeladas até que este trabalho seja encerrado. Novamente o relatório do Banco Mundial se mostra cético. Ele dá uma importância muito maior à necessidade de se evitar a construção de novas estradas nas imediações das áreas protegidas.

Isso não irá agradar aos políticos da Amazônia. As eleições do ano passado colocaram no governo uma nova geração de governadores nos nove estados que formam a Amazônia; a maior parte deles quer um desenvolvimento sem barreiras. O mais radical deles é Gilberto Mestrinho, do Amazonas, o maior estado brasileiro. Os ecologistas, afirma ele, "querem conservar a Amazônia como um circo, com todos nós servindo de macaquinhos".

No mês passado ele convocou uma conferência para tentar convencer os seus colegas governadores a endossar um "Código Amazônico" elaborado por ele. "Toda e qualquer utilização econômica dos recursos naturais será permitida", afirma este texto. Um dos governadores, Edmundo Pinto, do Estado do Acre, acusou Mestrinho de estar tentando impor o "império da serra elétrica".